



# **Aceleração** *Regional*

## **Perfil Socioeconômico do Município de Xanxerê/SC**

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Janeiro de 2021

G511t Giotto, Enio *et al.*

Perfil Socioeconômico do Município de Xanxerê-SC / Enio Giotto, Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Saionara da Silva, Nelson Guilherme Machado Pinto. - Sarandi/RS, 2021.

42 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2021.

1. Capitalismo Consciente. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I. Giotto, Enio. II. Costa, Nilson Luiz. III. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. IV. Nunes de Oliveira, Gabriel. V. Saionara da Silva. VI. Pinto, Nelson Guilherme Machado.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.

Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro  
CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS



## **Sicredi Região da Produção RS/SC/MG**

### **Conselho de Administração**

Saul João Rovadoscki (Presidente)  
André Luis Soares Balbi  
Daniel Ribeiro dos Santos  
Darlei Knob  
Evandro Pedro Bernardi  
Ivandro Adilio Machado Bertotti  
Jose Carlos Benini  
Leonardo Portolan  
Maieri Stivanin  
Roberto Tadeu Oliboni  
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

### **Conselho Fiscal**

Alessandra Bazzi  
Luciano Adalberto Henkes  
Luciano Escobar  
Ayrte Antoninho Blau  
Débora Ribeiro Fernandes  
Marcelo Giroto

### **Diretoria Executiva**

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo)  
Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

### **Gerências da Superintendência Regional**

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)  
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)  
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)  
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)  
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações Administrativas)  
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)  
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)



## **Universidade Federal de Santa Maria - UFSM**

### **Reitoria**

Paulo Afonso Burmann (Reitor)  
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

### **Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC**

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente)  
Alencar Machado (Diretor Financeiro)  
Renato Zanella (Diretor Administrativo)

### **UFSM Campus Palmeira das Missões**

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor)  
Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

### **Departamento de Ciências Econômicas**

Nilson Luiz Costa (Chefe)

### **Programa de Pós-Graduação em Agronegócios**

Tiago Zardin Patias (Coordenador)

### **Curso de Graduação em Ciências Econômicas**

Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

### **Curso de Graduação em Administração**

Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

### **Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)  
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)  
Enio Giotto (Pesquisador)  
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)  
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ</b> .....	8
2.1. Caracterização demográfica.....	8
2.2. Apresentação e análise da economia municipal.....	10
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial.....	10
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho.....	14
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária.....	17
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento.....	26
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	27
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil.....	28
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	29
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal.....	30
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	32
<b>3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	34
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	42



representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores socioeconômicos. Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levantamento e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Xanxerê/SC** e está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar o níveis de desenvolvimento municipal e regional.

## 2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC (2020), o município está situado na região do Oeste do estado, mesorregião Oeste Catarinense, distante 512 Km da capital do estado, Florianópolis. Possui limites com os municípios de Ipuçu e Bom Jesus ao Norte, Xavantina e Arvoredo ao Sul, Faxinal Guedes ao Leste e Xaxim e Lajeado Grande ao Oeste.

O município foi criado pela Lei nº 133, de 30 de dezembro de 1953, com 378 Km quadrados. Possui clima subtropical e está a uma altitude média de 800 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 26º 54' 37" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 52º 24' 15" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

### 2.1. Caracterização demográfica

Os índios Kaingang e Guaranis, aproximadamente no ano de 1800, foram os primeiros habitantes das terras de Xanxerê. A colonização se deu com a chegada de migrantes fazendeiros no ano de 1839, devido ao interesse pelas grandes extensões de terra. Durante a sua formação foi distrito e sede do município de Chapecó, do qual foi emancipado e elevado à categoria de município em 1953 (Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, 2020).

No ano de 2019, o IBGE (2020) estimou a população 51,64 mil habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 44.125 habitantes.

**Tabela 1.** População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
	População	Porcentagem	População	Porcentagem	População	Porcentagem
<b>Urbano</b>	19.075	88%	20.071	89%	39.146	89%
<b>Rural</b>	2.506	12%	2.476	11%	4.982	11%
<b>Total</b>	<b>21.581</b>	<b>100%</b>	<b>22.547</b>	<b>100%</b>	<b>44.128</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Conforme é possível observar, cerca de 89% da população de Xanxerê/SC vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria. Quanto a população residente na zona rural, tem-se uma igualdade entre homens e mulheres de 50%.



Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 23% tem até 14 anos, 27% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 10% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

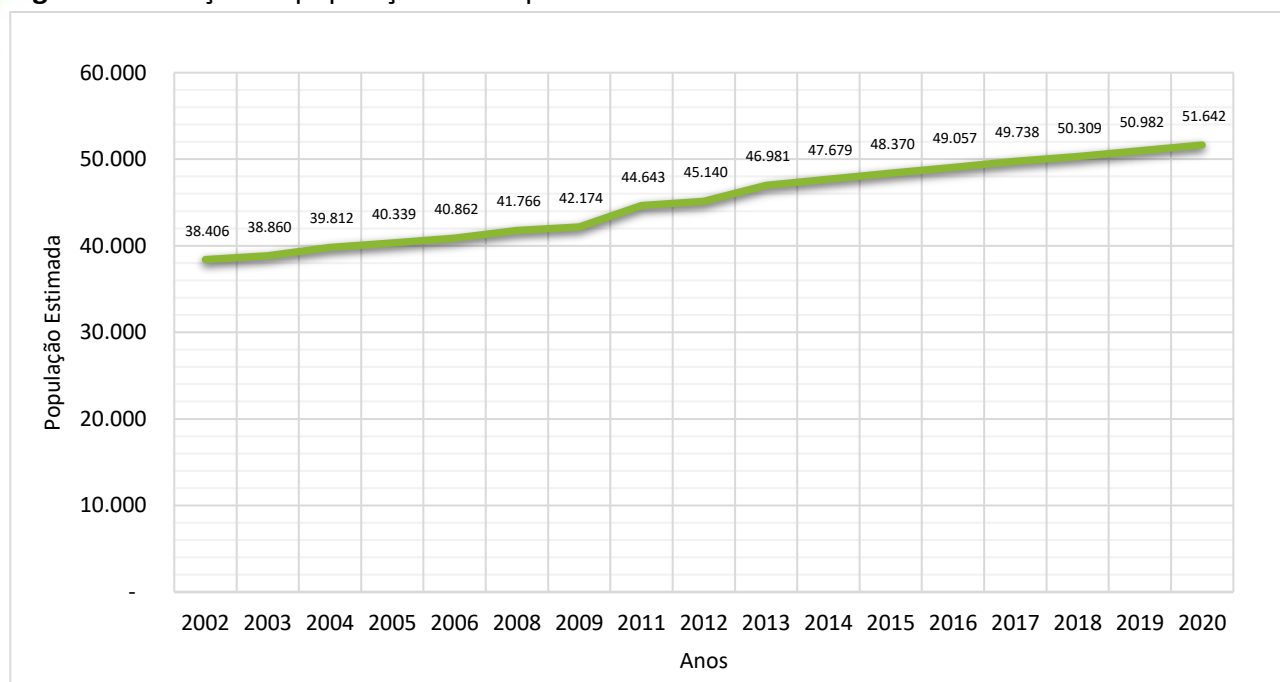
**Tabela 2.** População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	5085	24%	4907	22%	9.992	23%
15-29 anos	6011	28%	5952	26%	11.963	27%
30-59 anos	8509	39%	9071	40%	17.580	40%
60 ou mais	1976	9%	2617	12%	4.593	10%
<b>Totais</b>	<b>21.581</b>	<b>100%</b>	<b>22.547</b>	<b>100%</b>	<b>44.128</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Conforme é possível observar na Tabela 2, mais de 67% da população, tanto feminina como masculina, enquadra-se na faixa entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

**Figura 2.** Evolução da população municipal: 2002 a 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

A tendência, para o município, é de crescimento populacional, conforme verificado na Figura 2. Neste sentido, observa-se que a população cresceu de 38,4 mil para 51,6 mil entre os anos de 2002 e 2020.

## 2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real<sup>1</sup>), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia<sup>2</sup>, o PIB real *per capita*<sup>3</sup>, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

### 2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre os anos de 2002 e 2011, o PIB Real do município de Xanxerê apresentou tendência de crescimento, oscilando de R\$ 1,38 bi para R\$ 2,039 bi. A partir de então, passou a decrescer até o ano de 2016, momento em que o PIB Real foi de R\$ 1,726 bi. Os anos de 2017 e 2018 foram de recuperação, com PIB Real de R\$ 1,746 e R\$ 1,774 bilhão, respectivamente..

Entre os setores que mais geram riquezas no município, destacam-se: comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 940 milhões); indústria (VAB equivalente a R\$ 310 milhões); administração pública (VAB equivalente a R\$ 231 milhões); e agropecuária (VAB equivalente a R\$ 98 milhões). O Valor Agregado Bruto do setor agropecuário foi inferior aos demais setores na maioria dos anos analisados, tendo o setor de comércio e serviços como principal fonte de riquezas do município.

Por outro lado, destaca-se a tendência de crescimento da indústria entre os anos de 2002 e 2011 período em que cresceu de R\$ 281 milhões para R\$ 596 milhões, e o posterior recuo nos anos seguintes, conforme é possível observar na Figura 3.

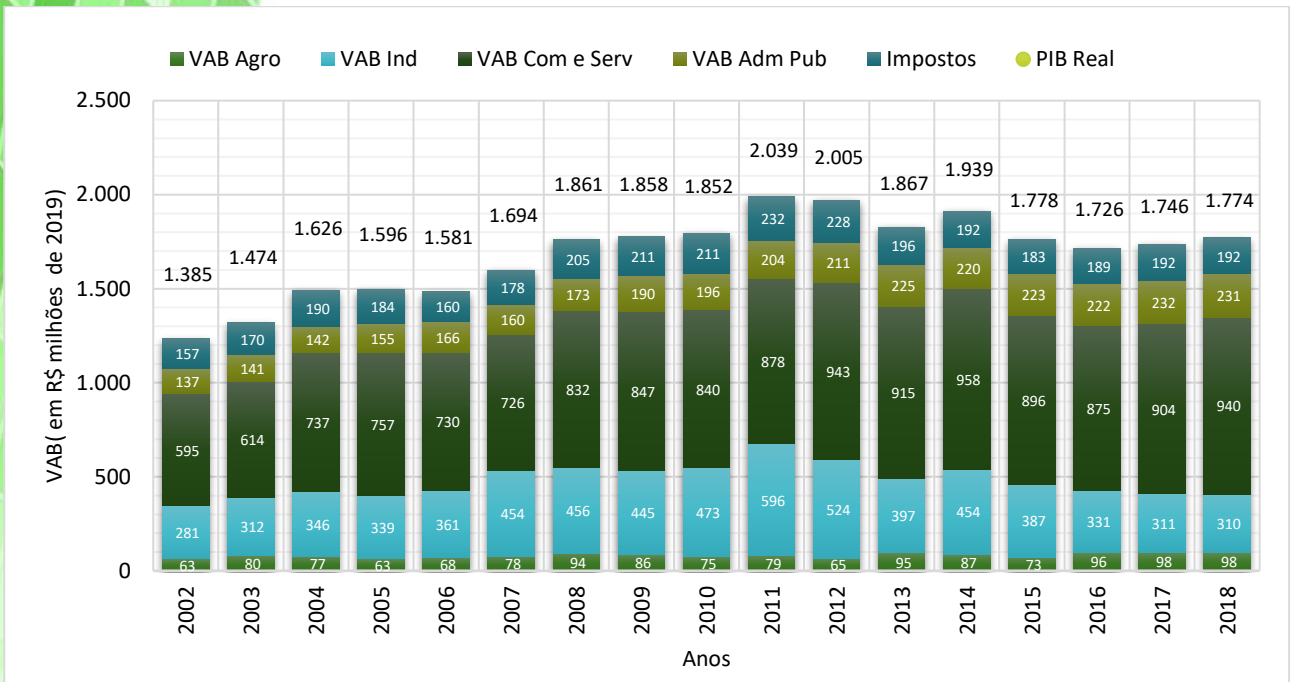
**Figura 3.** Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2017) no município: 2002 a 2017

---

<sup>1</sup> De acordo com PESSOA (2017), “O Produto Interno Bruto (PIB) é o total dos Valores Agregados Brutos (VABs) dos setores primário, secundário e terciário mais os impostos. Esta é a principal medida do tamanho total de uma economia”.

<sup>2</sup> De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou “Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região”.

<sup>3</sup> Segundo Mankiw (2015), “o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média”.

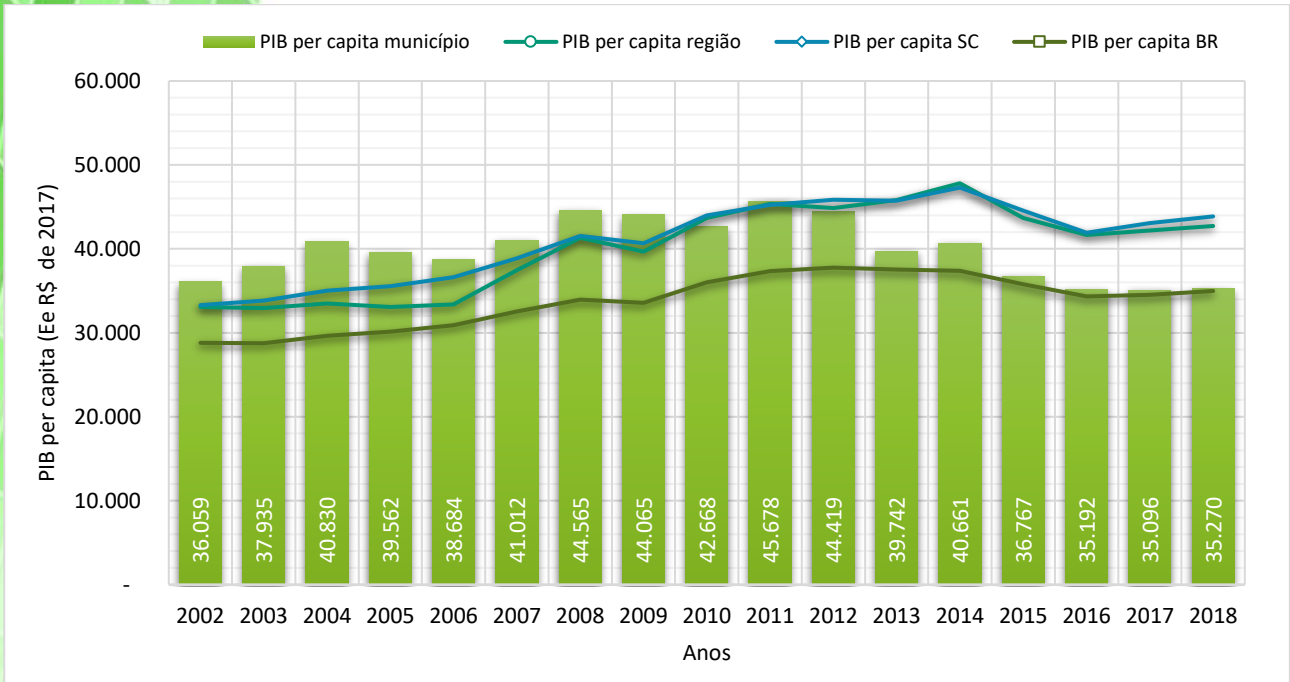


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Na Figura 4 é possível identificar a evolução do PIB Real *per capita* do município, da região de análise e do estado de Santa Catarina. Considerando o início do período analisado até o ano de 2017, o PIB real *per capita* municipal reduziu de R\$ 36,05 mil para R\$ 35,27 mil. Neste contexto, observa-se que entre os anos de 2002 e 2011 houve crescimento, mas a partir de então a trajetória inverteu-se e a renda média decresceu.

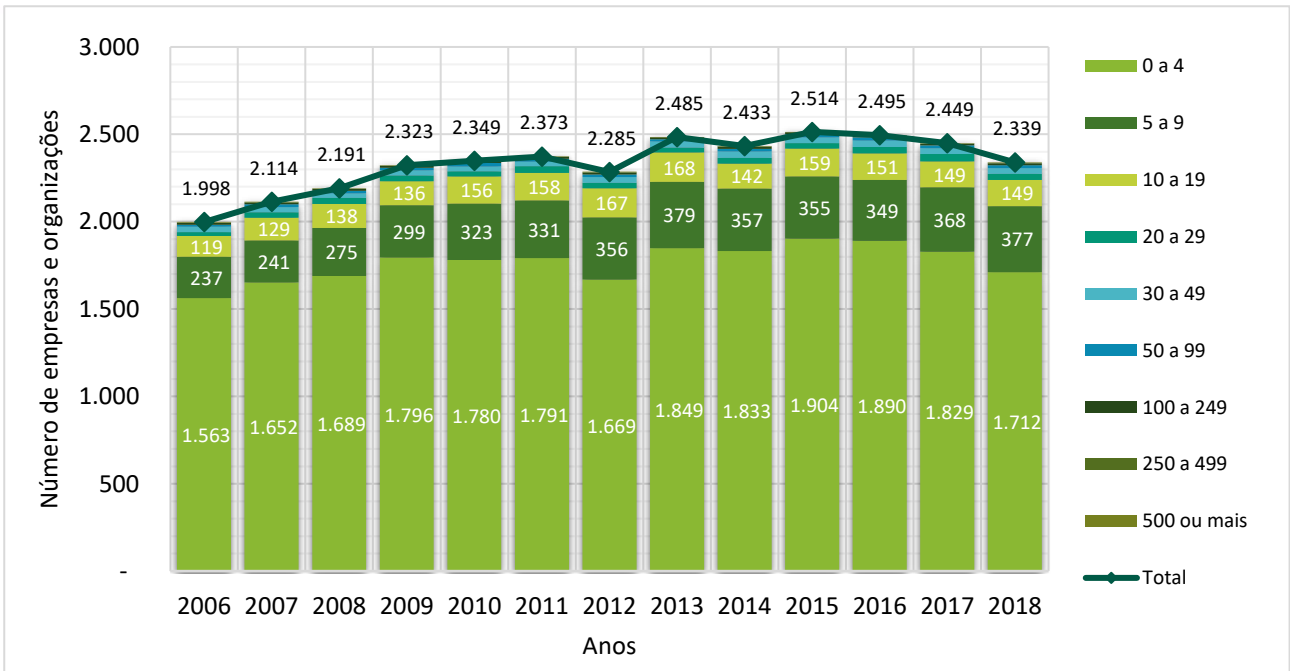
Em Xanxerê, a renda média por cidadão, dada pela divisão PIB Real/População Residente, foi 17% inferior à média regional (R\$ 42,709 mil) e 20% inferior à média estadual, que se situou em R\$ 43,865 mil no mesmo ano.

**Figura 4.** Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* do município, da região de atuação da Sicredi Produção em SC, do estado do SC e do Brasil: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

**Figura 5.** Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018



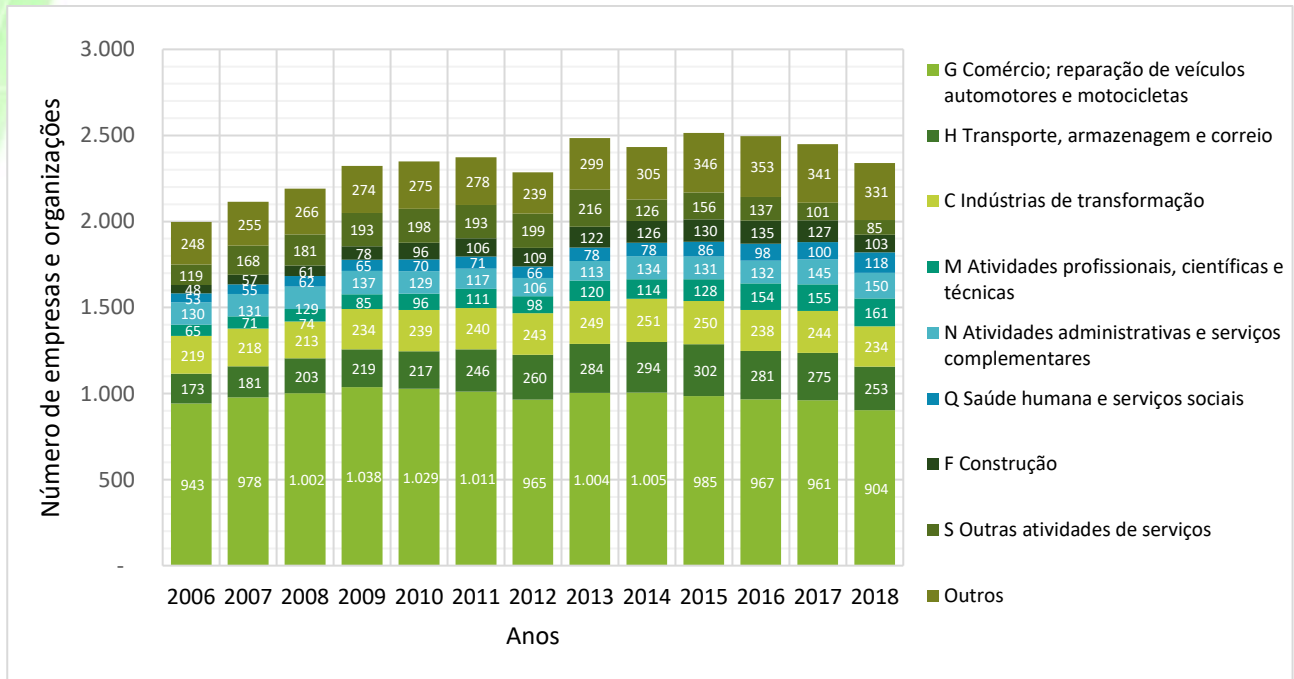
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 74,68% das empresas e organizações do município em 2018.

No ano de 2018, as empresas e organizações que empregavam de 0 a 4 empregados, representaram 73,19% do total de empresas e organizações cadastradas no município. Neste mesmo ano, cerca de 627 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, conforme é possível observar na Figura 5.

O segmento de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas agrega o maior número de empresas e organizações (904 em 2018, equivalente a 38,64% do total), sendo possível observar certa estabilização do setor com pequenos crescimentos e decréscimos no decorrer dos anos. Por outro lado, o número de empresas nos segmentos de de transporte, armazenagem e correio cresceu de 173 para 253.

**Figura 6.** Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

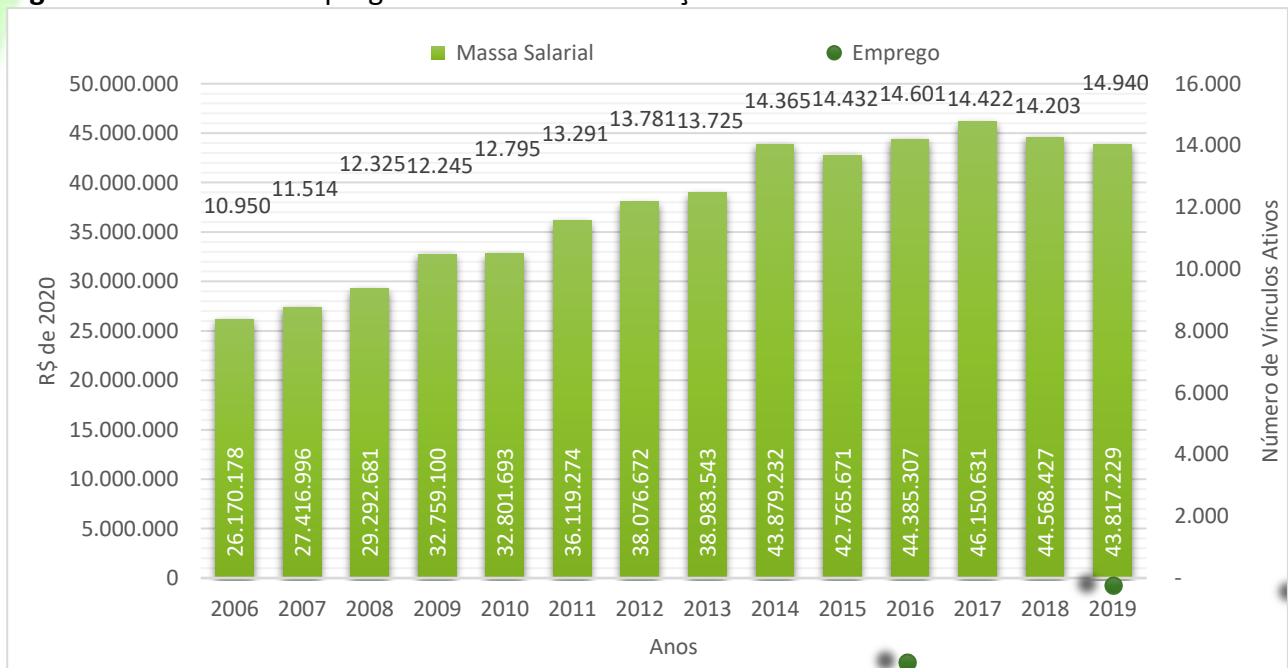
É possível notar que o restante das atividades econômicas é composto por empresas ligadas à indústria de transformação (234 em 2018, equivalente a 10% do total); atividades profissionais, científicas e técnicas (161 em 2018, equivalente a 6,88% do total). Em linhas gerais, observa-se que houve uma expansão de 14,57% no número de empresas e organizações, sendo observado o maior número em 2015 com 2.514 empresas.

### 2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

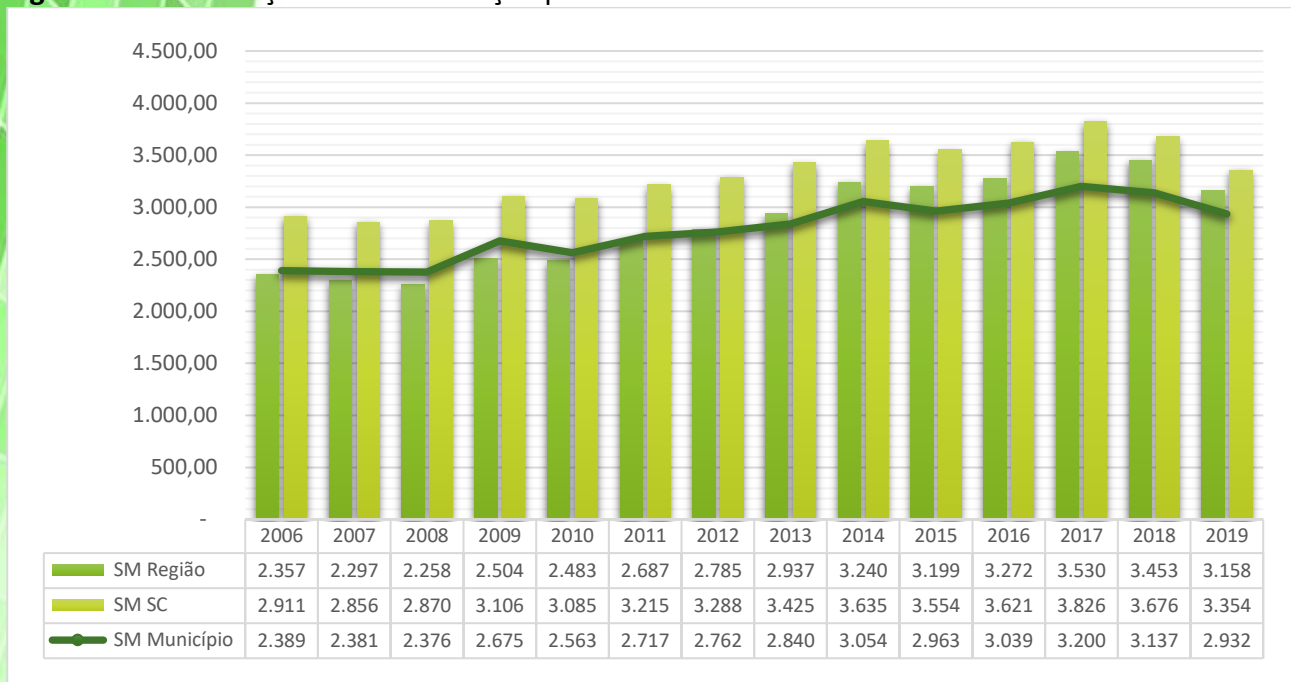
A partir da Figura 7, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 10.950 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 26,1 milhões ao mês em 2006 para 14.940 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 43,8 milhões ao mês em 2019. A trajetória foi crescente durante o período com exceção nos anos de 2015 e 2018 em que houve uma queda no número de empregos formais e remuneração em relação ao ano anterior.

**Figura 7.** Número de empregos formais e remuneração: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Demonstra-se, por meio da Figura 8, que o salário médio municipal oscilou de R\$ 2.839,97 para R\$ 3.200,02 no período 2006 a 2017 e que nestes anos a tendência foi de elevação contínua. Por outro lado, nos anos de 2018 e 2019 foi possível observar a redução no salário médio para os patamares de R\$ 3.137,96 e R\$ 2.932,88, respectivamente.

**Figura 8.** Remuneração média e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2019

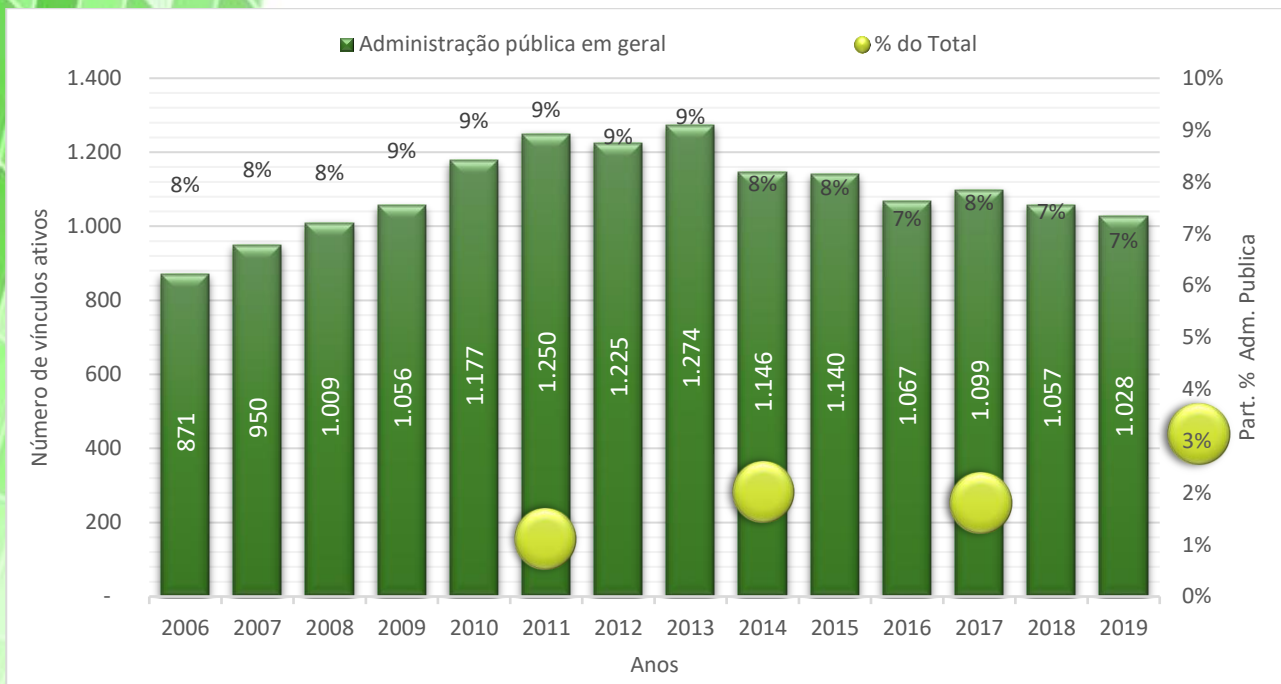
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Nesta perspectiva, destaca-se que em 2019 o salário médio municipal foi 7,2% inferior ao salário médio regional (R\$ R\$ 3.158,94) e 12,6% inferior ao salário médio estadual (R\$ 3.354,54)

Identificou-se que a participação do setor público no mercado formal de trabalho do município foi de 7%. Estes servidores estão diretamente vinculados aos diferentes segmentos do setor público (atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo; saúde pública, educação pública, segurança pública, administração pública).

Em termos absolutos, os empregos no setor público aumentaram 18% no período, iniciando em 2006 com 871 postos de trabalho e passando para 1.028 postos em 2019 (Figura 9). No mesmo período, o número de empregos do setor privado evoluiu 38%, de 10.079 para 13.912 postos formais de trabalho.

**Figura 9.** Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

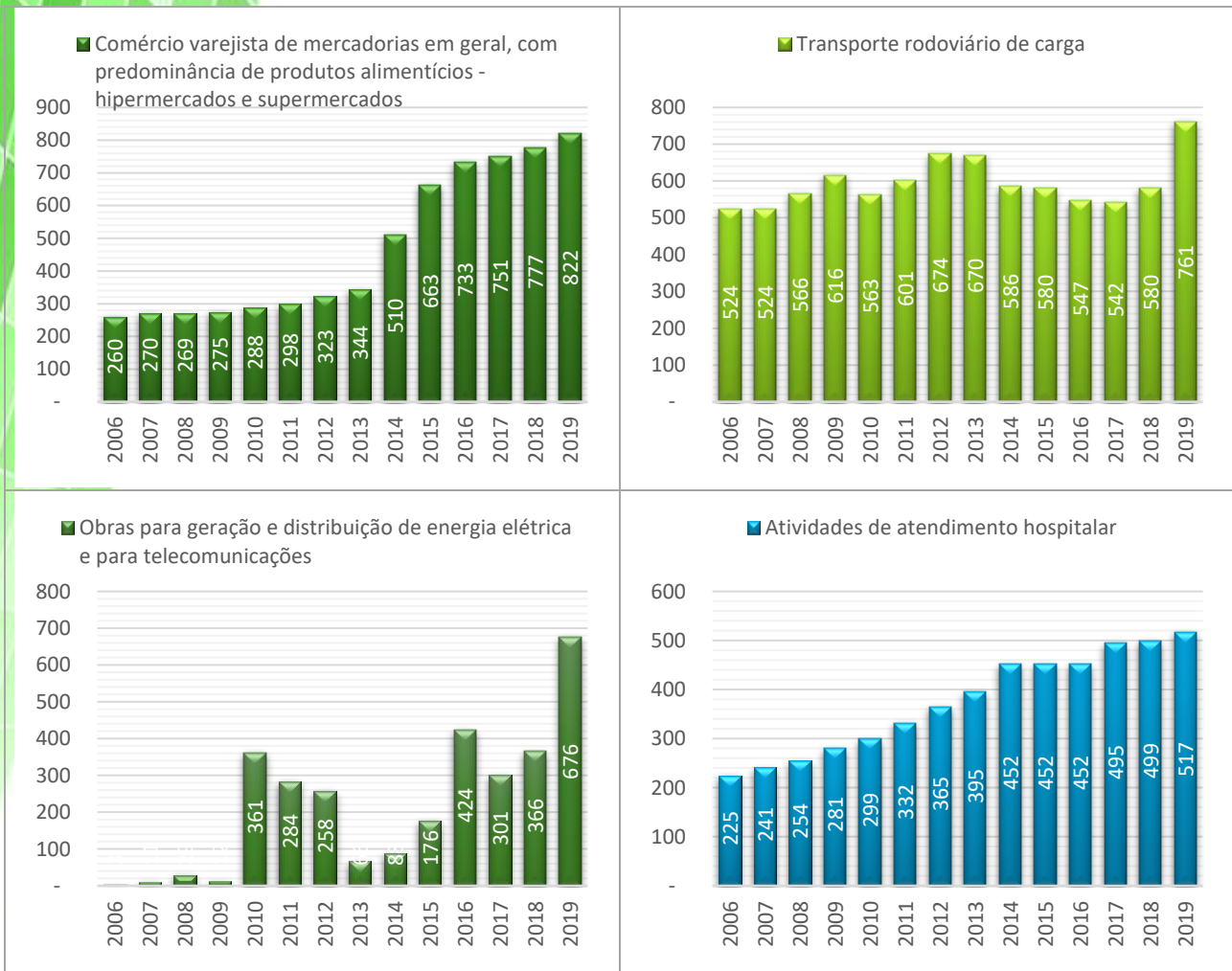
Com o objetivo de melhor descrever a alocação da mão-de-obra formal do município, apresenta-se a Figura 10, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica.

Entre os segmentos com mais postos de trabalho em 2019, destacam-se; comércio varejista de mercadorias em geral (822); transporte rodoviário de carga (761); obras para geração e distribuição de energia elétrica e telecomunicações (676) e atividades de atendimento hospitalar (517). Destaca-se, ainda, que o segmento atividades de teleatendimento reduziu os postos de trabalho de 816 para zero entre o ano de 2018 e 2019.

Em termos gerais, o número de empregos do comércio varejista de mercadorias cresceu em todo o período analisado, mas principalmente, a partir de 2014. Também, as atividades de atendimento hospitalar apresentam um crescimento consistentes ao longo dos anos. Por outro lado, o segmento de obras para geração e distribuição de energia, apesar de muito importante, mostra-se com várias oscilações ao longo do período analisado.

**Figura 10.** Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018





Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

### 2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 72,35% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 18 hectares) e concentram 33,76% da área. Observa-se ainda que 17,79% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (18 a 36 hectares) e ocupam 24,90% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 96,15% das propriedades rurais tem até 54 hectares e ocupam cerca de 73,31% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

**Tabela 3.** Estrutura fundiária do Município: fev/2020

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1.277	10.534,07	72,35	33,76
1-2	314	7.771,43	17,79	24,90
2-3	106	4.573,07	6,01	14,65
3-4	28	1.775,55	1,59	5,69
4-5	11	901,87	0,62	2,89
5-6	4	393,89	0,23	1,26
6-7	4	448,62	0,23	1,44
7-8	2	280,88	0,11	0,90
8-9	3	460,18	0,17	1,47
9-10	3	515,58	0,17	1,65
>10	13	3.550,83	0,74	11,38
<b>Total</b>	<b>1.765</b>	<b>31.205,97</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

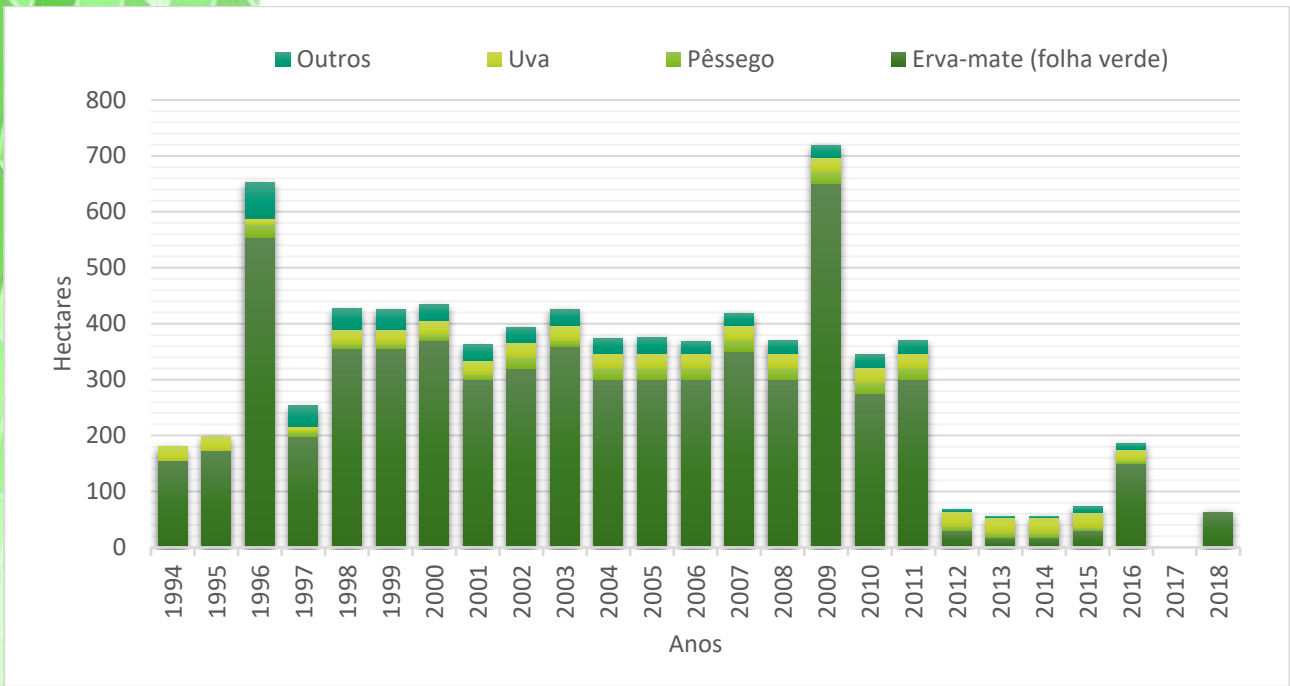
Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina 63 hectares para culturas perenes e 20.314 para a lavoura temporária no ano de 2018.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 56 para 719 hectares no período 1994 - 2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária tiveram uma oscilação da área colhida de 17.480 para 35.156 hectares.

Nas lavouras perenes observa-se a concentração na cultura de erva-mate, uva e pêssigo. Em relação a erva-mate houve uma redução de 155 hectares em 1994 para 63 hectares de área colhida em 2018. A segunda cultura perene nos últimos anos, em área colhida, é a uva, com o valor de 20 hectares em 2016. A cultura do pêssigo é a terceira cultura perene, em área colhida, alcançando 5 hectares em 2016.

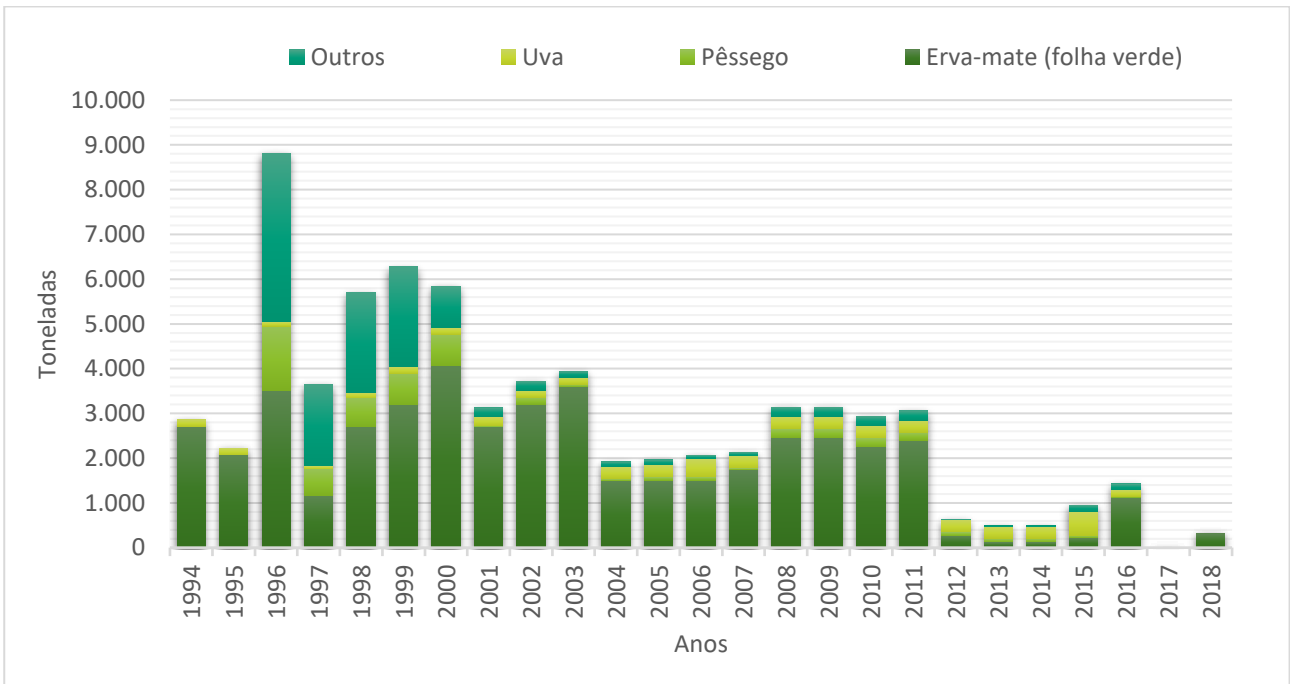
**Figura 11.** Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Na Figura 12 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que a erva-mate, a uva e o pêssego compõe a principal massa produtiva em se tratando de culturas perenes.

**Figura 12.** Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018

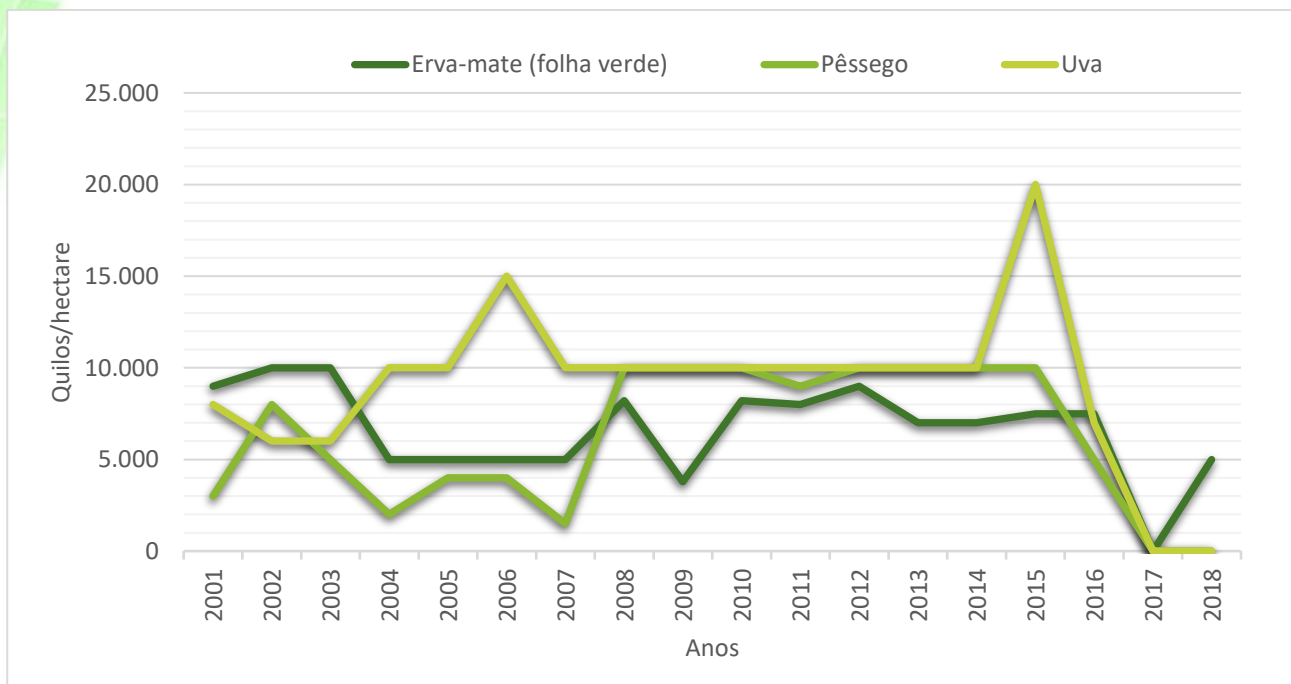


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

A produção de erva-mate alcançou o valor em 2018 de 315 toneladas. A produção de uva foi de 140 toneladas em 2016 e a de pêsego foi de 25 toneladas em 2016. A Figura 12 também permite observar que a partir de 2011 a quantidade produzida no município passou a ter reduções constantes, passando de 3.065 mil toneladas em 2009 para 315 mil toneladas em 2018.

Na Figura 13 apresenta-se o rendimento médio da produção da lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que a erva-mate, a uva e o pêsego apresentam os principais valores de rendimento médio do município. Nos últimos anos de análise a cultura de erva-mate apresentou o rendimento de 189 toneladas por hectare em 2018, o de uva de 280 toneladas por hectare em 2016 e o de pêsego de 25 toneladas por hectare no ano de 2016.

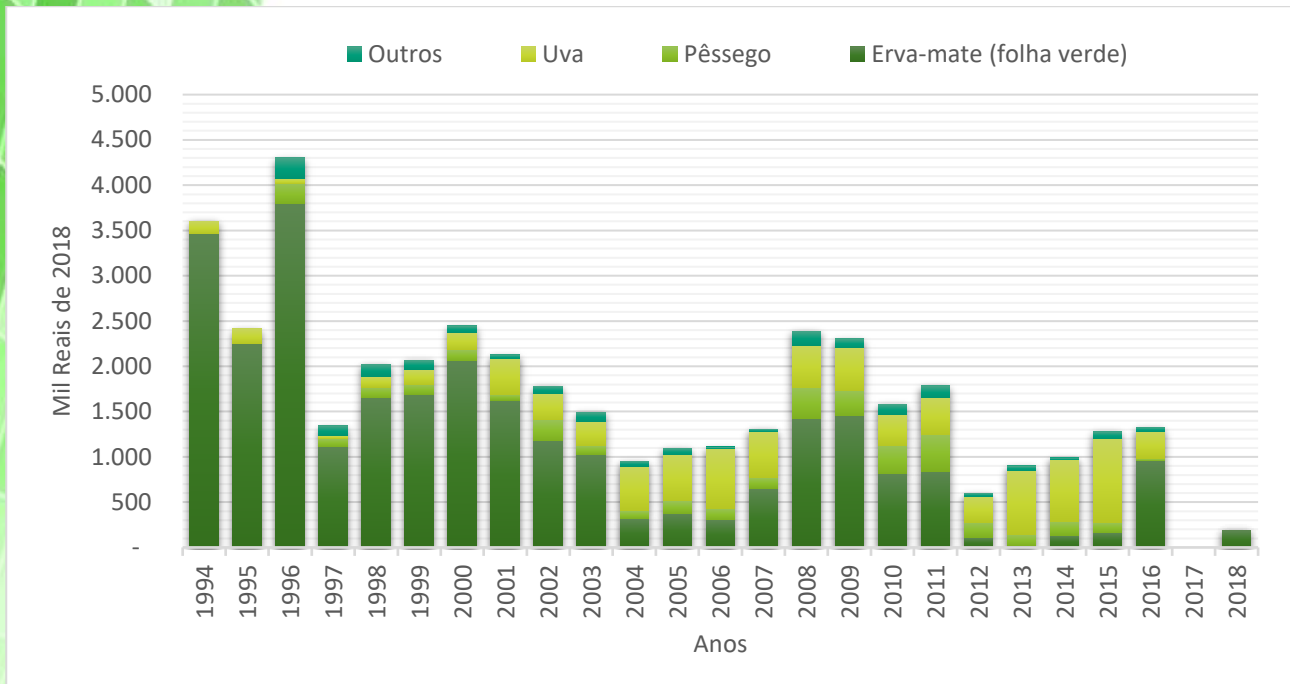
**Figura 13.** Rendimento médio da produção da lavoura permanente (quilos/hectare): 2001 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

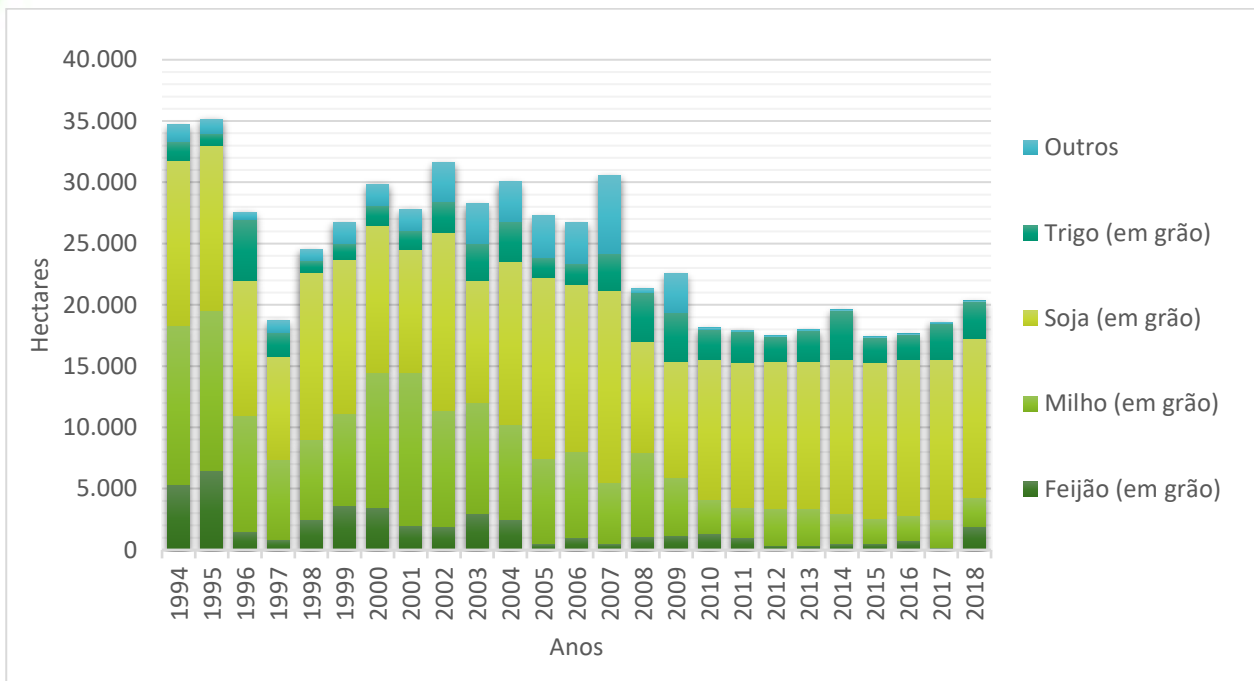
Pode-se observar na Figura 14 o comportamento do valor da produção da lavoura permanente deflacionado pelo IGP-DI, data base de 2018. Neste sentido, destaca-se que o valor da produção teve diminuições substanciais nos últimos anos analisados e encerrou o ano de 2018 na casa dos R\$ 189 milhões. O valor da produção da erva-mate, cultura de maior produção nos últimos anos, situou-se em R\$ 189 milhões no último ano da série analisada (Figura 14).

**Figura 14.** Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

**Figura 15.** Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



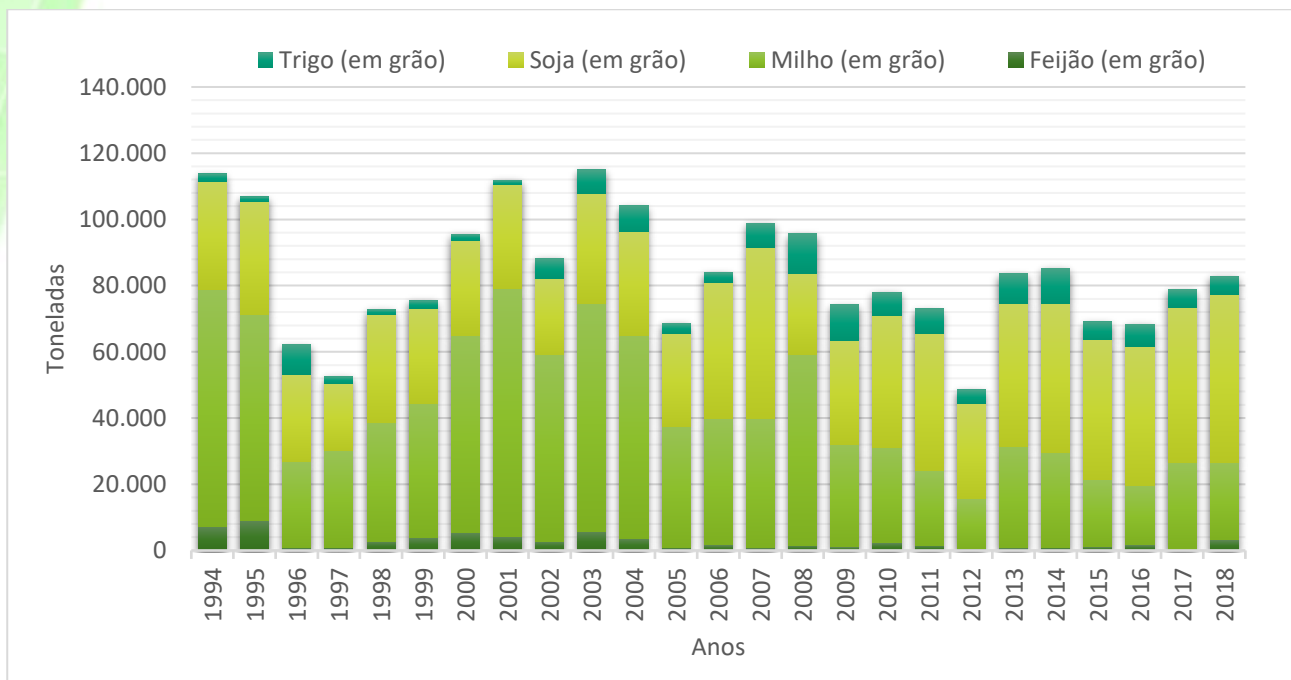
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar por meio da Figura 15 uma redução na área das culturas analisadas a partir de 1995, com uma nova redução nos últimos anos analisados em relação a 2007 e uma pequena evolução nos últimos quatro anos analisados. Sendo que as

culturas de soja, trigo, milho e feijão são as principais culturas temporárias em área do município, respectivamente.

Apresenta-se na Figura 16 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção das culturas em geral, com destaque para a cultura do trigo, que teve um aumento da produção de 120,59% de 1994 para 2018. A soja também apresentou aumento da produção de 1994 para 2018, o qual foi de 56,48%. Na comparação entre os extremos, observa-se que as culturas que tiveram maior redução da quantidade produzida foram feijão e milho, com redução de 55,56% e 67,31%, respectivamente.

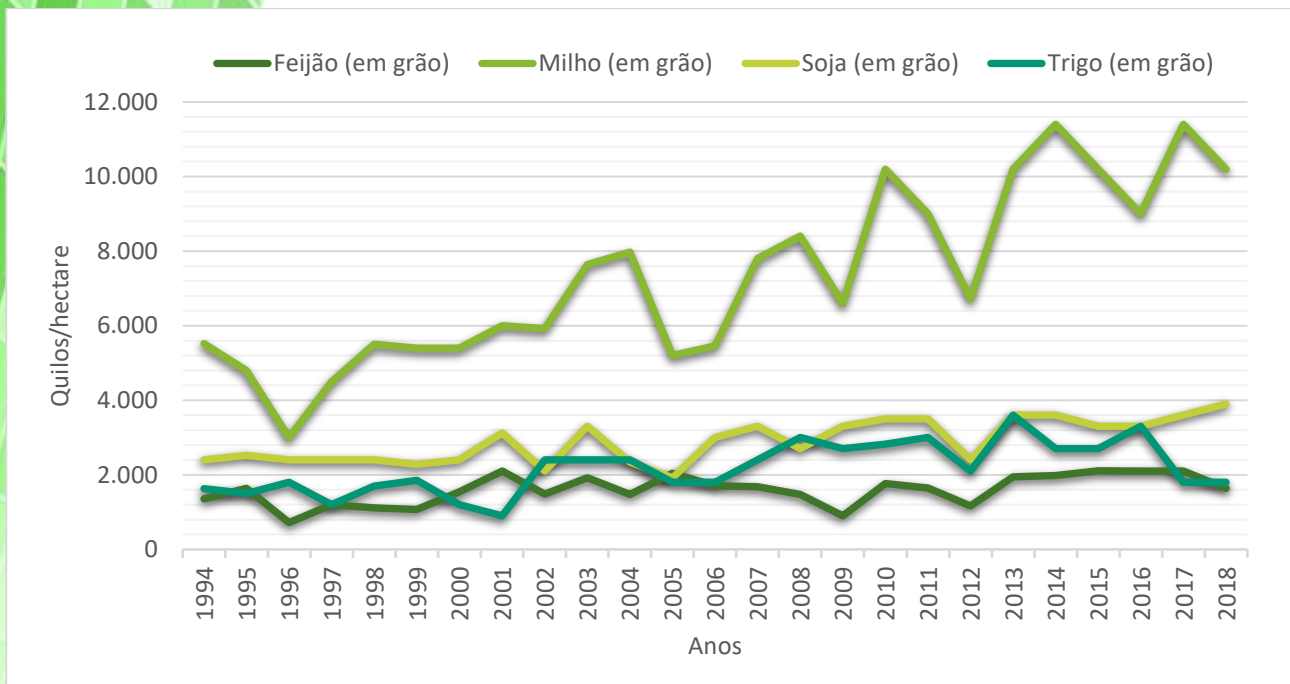
**Figura 16.** Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Na Figura 17 apresenta-se o rendimento médio da produção da lavoura temporária no município. Neste sentido observa-se que a soja e o milho apresentam os principais valores de rendimento médio do município. Tanto a soja quanto o milho apresentaram os maiores rendimentos médios nos últimos anos. A soja, 3,9 toneladas por hectare em 2018 e o milho 10,2 toneladas por hectare em 2018.

**Figura 17.** Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



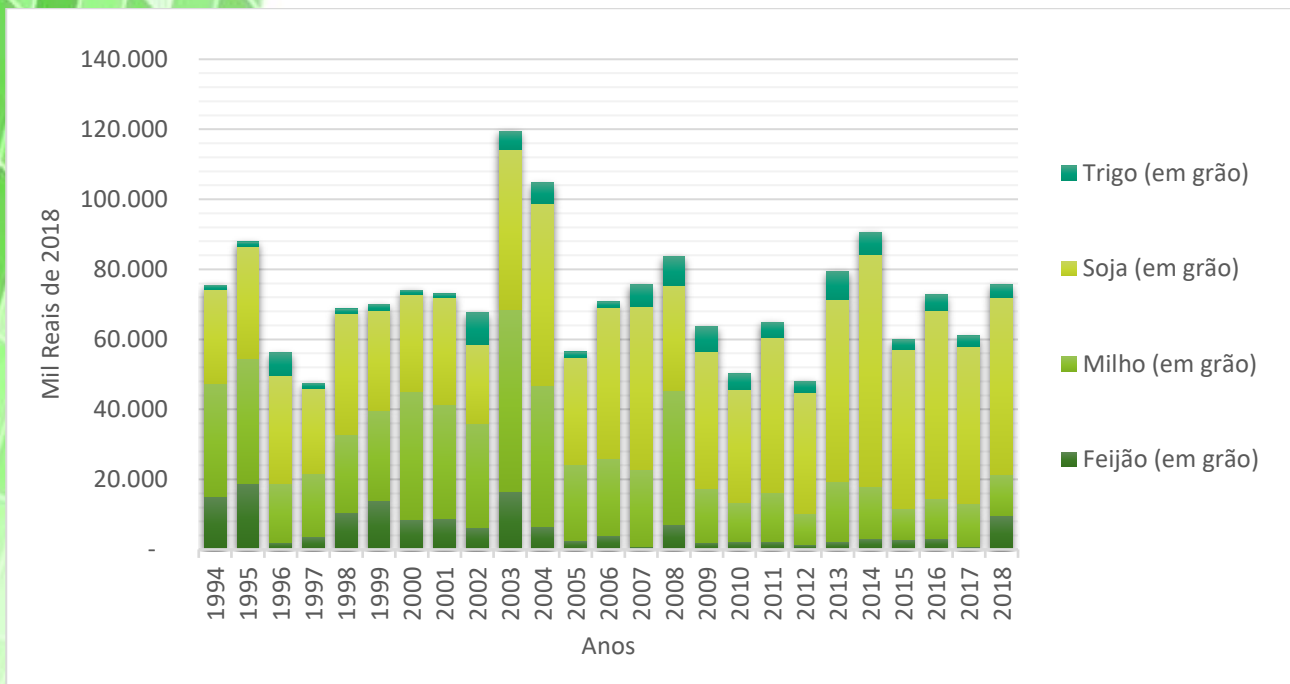
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos reais<sup>44</sup>, é possível observar a partir da Figura 18 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 123,43 milhões em 1995 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 76,58 milhões. Em 2018, a cultura da soja foi a que alcançou o maior valor de produção, fechando o ano em R\$ 50,70 milhões, valor muito acima das demais culturas. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 11,73 milhões. Em seguida, feijão (R\$ 9,56 milhões) e trigo (R\$ 3,56 milhões) que também constituem o mosaico da renda da lavoura temporária no município no ano de 2018.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, percebe-se na Figura 19 uma tendência de redução dos rebanhos nos últimos anos, principalmente a partir de 2011.

**Figura 18.** Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

<sup>44</sup> Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos<sup>5</sup> apresentou um decréscimo de 15,94% ao longo do período de 1994 a 2018, passando de 1.112,493 mil cabeças para 935,115 mil.

Já na categoria galinhas<sup>6</sup>, ocorreu uma redução de 23,20%, passando de 251,132 mil animais no ano de 1994 para 192,865 mil em 2018. O rebanho suíno apresentou um decréscimo de 35,42% no período analisado, passando de 73,556 mil em 1994 para 47,501 mil cabeças em 2018, atingindo o pico de 165,1 mil cabeças em 2009.

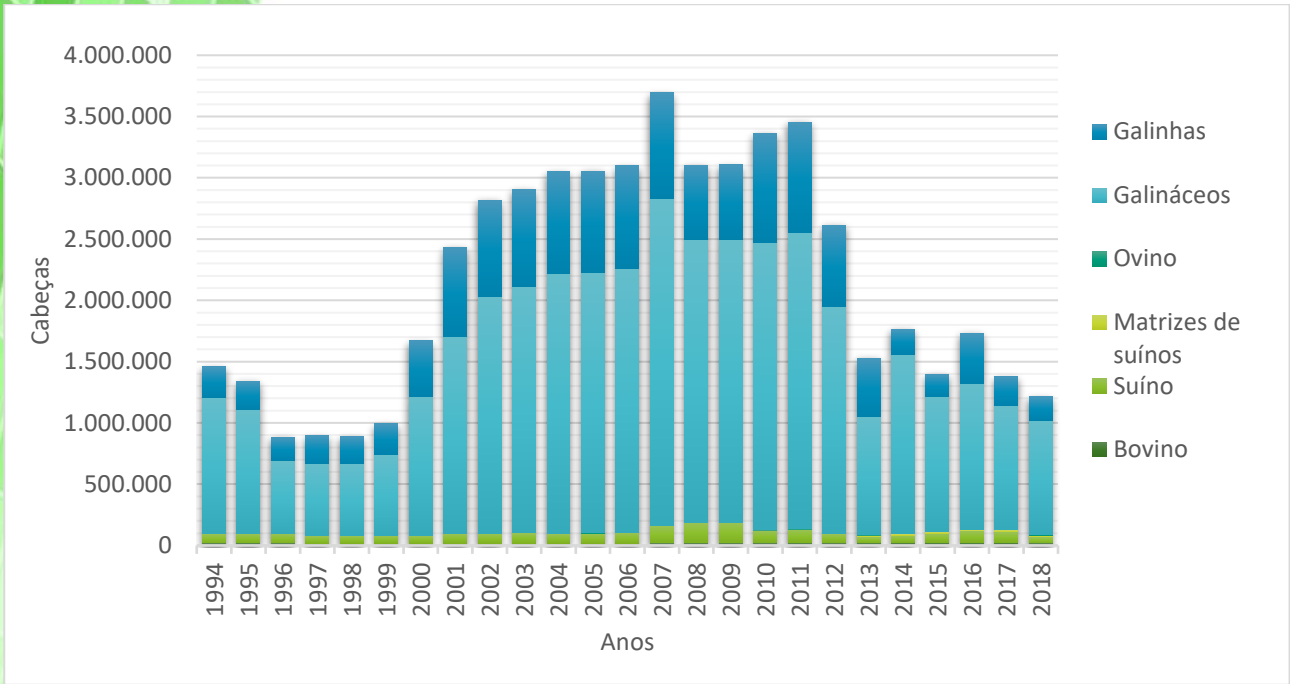
O rebanho bovino apresentou um crescimento de 4,51% no período analisado, passando de 20,723 mil em 1994 para 21,658 mil cabeças em 2018.

**Figura 19.** Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018

<sup>5</sup> Segundo o IBGE, a categoria “galináceos” engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

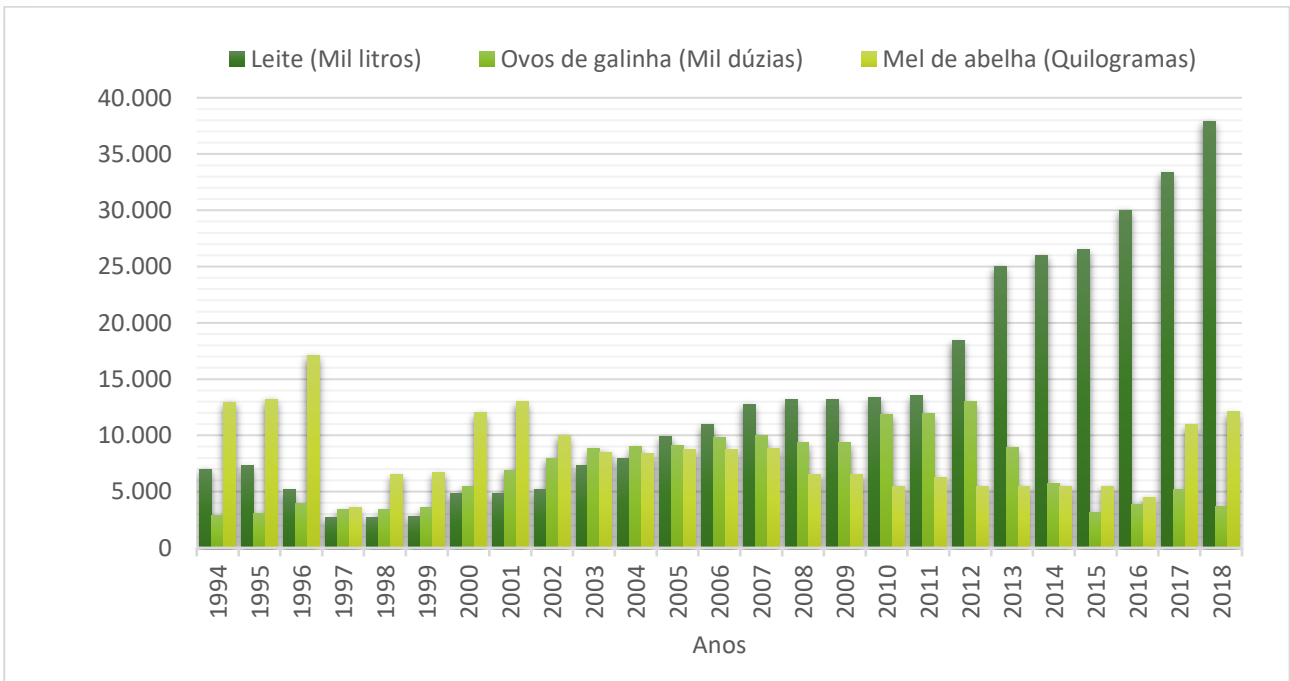
<sup>6</sup> Segundo o IBGE, a categoria “galinhas” engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.





Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

**Figura 20.** Produção animal: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

A partir da Figura 20 é possível observar que em 1994 a produção leiteira comercial no município apresenta os maiores valores fechando o ano de 2018 em 37,926 milhões. A produção de mel no município alcançou um volume de 12,1 mil quilos em 2018. A produção de ovos

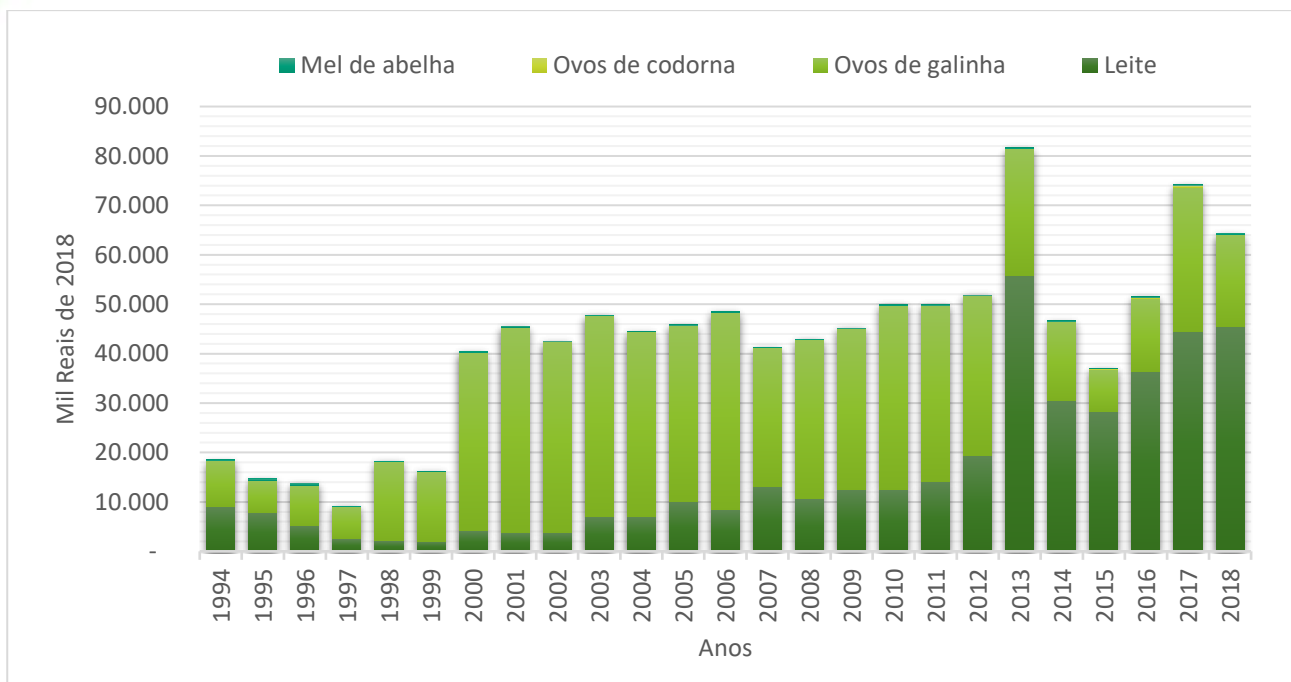
apresentou algumas oscilações e reduções, atingindo o pico em 2012 com 130 mil dúzias e passou para 3,702 mil dúzias em 2018.

O rebanho leiteiro, conforme a Figura 21, é a atividade de maior impacto no valor da produção animal a partir de 2013, ano em que atingiu seu maior valor (R\$ 55,723 milhões).

Por sua vez, o valor da produção de ovos reduziu de R\$ 41,597 mil em 2001, maior valor do período, para R\$ 18,508 mil em 2018. Já o valor real da produção de ovos de codorna passou de R\$ 6.000 em 1994 para R\$ 240.000 em 2017, fechando o período de análise com R\$ 113.000 em 2018.

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 18,557 milhões para R\$ 64,343 milhões entre 1994 e 2018, tendo o pico no ano de 2013 quando atingiu o valor de R\$ 81,670 milhões.

**Figura 21.** Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

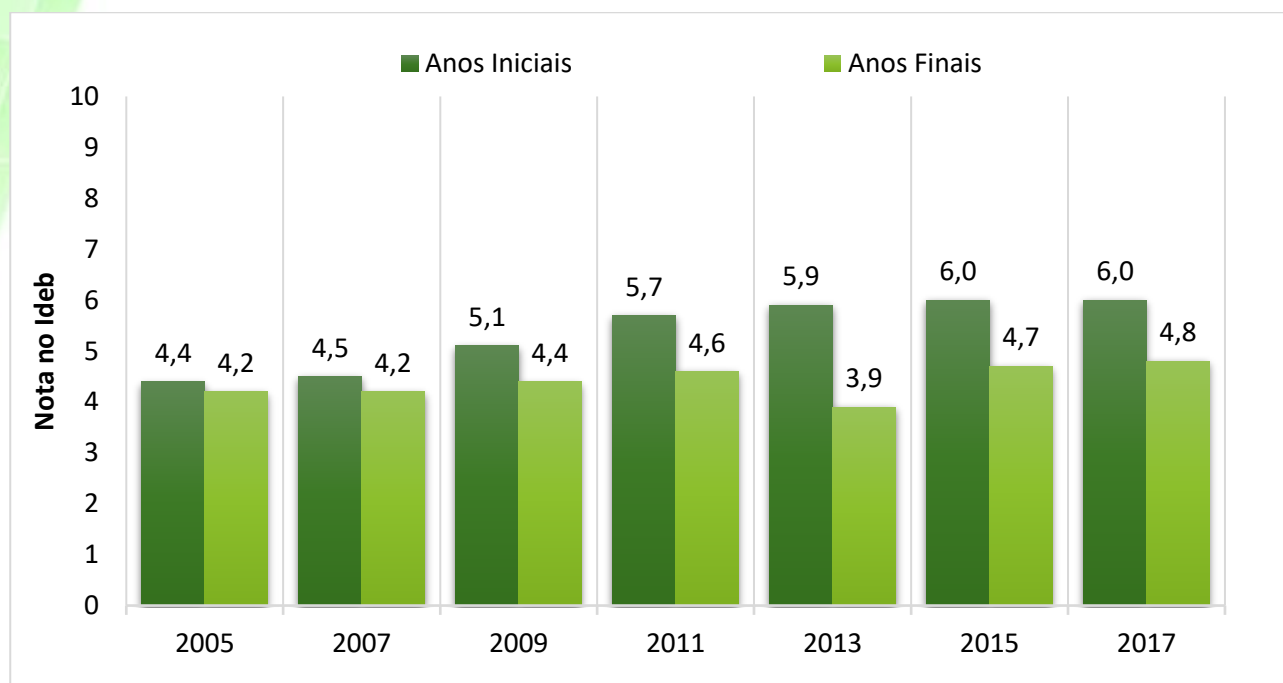
### 2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

### 2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 98,6%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 5.860 matrículas no ensino fundamental e 1.899 no ensino médio.

**Figura 22.** IDEB das escolas do município de Xanxerê/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

Em 2018, cerca de 323 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 163 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 24 escolas no ensino fundamental e 8 escolas no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>7</sup> tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 22.

Neste sentido, percebe-se que a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente até 2015, momento em que atingiu a nota 6,0, mantendo a mesma nota 6,0 em 2017.

Em relação aos anos finais da educação, nos anos de 2015 e 2017, foram encontrados os índices mais altos (4,7 e 4,8, respectivamente), mas em 2013 o desempenho dos alunos do município foi inferior, com nota equivalente a 3,9.

### **2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil**

De acordo com estatísticas do IBGE (2020), o município apresenta uma leve tendência de aumento no número de nascimentos de crianças, partindo de 646 nascidos vivos em 2006 para 687 em 2019.

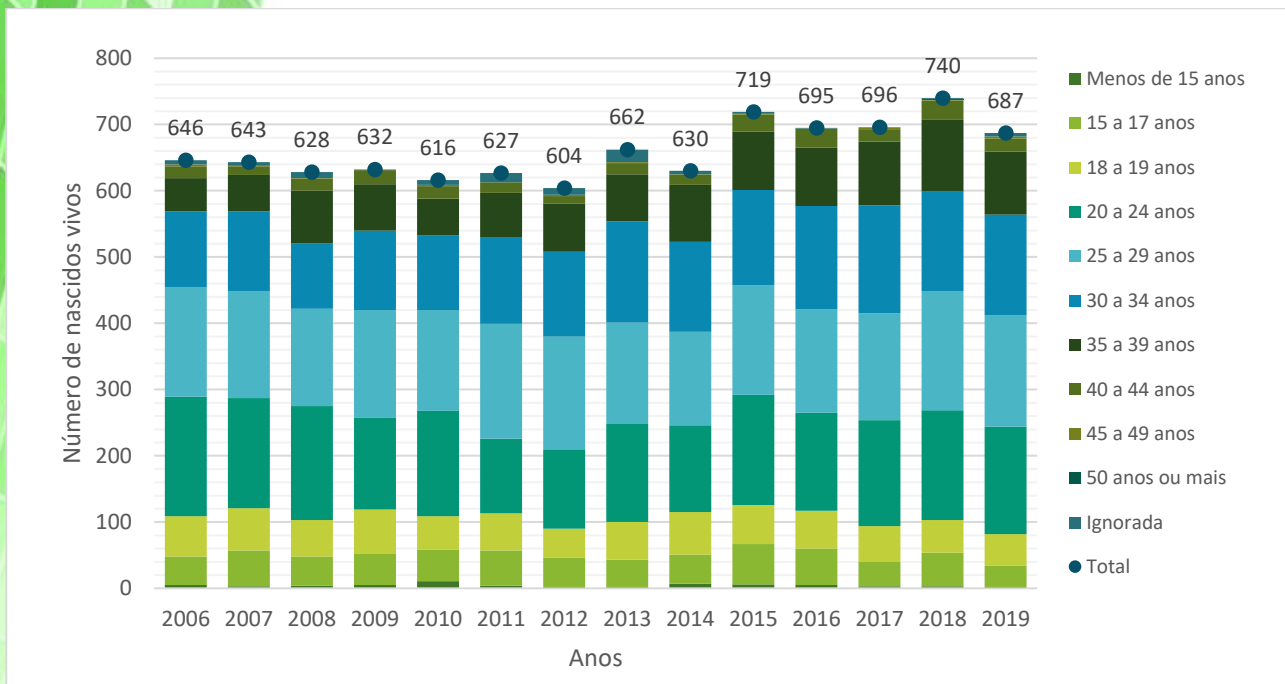
A Figura 23 permite observar que as mães com faixas etárias entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e 30 a 34 anos respondem pelo maior número de nascidos vivos.

Por outro lado, a taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 9,93 e “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9.93 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 131 de 295 e 204 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3149 de 5570 e 3606 de 5570, respectivamente.” (IBGE, 2020).

**Figura 23.** Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Xanxerê/RS: 2006 a 2019

---

<sup>7</sup> Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

### 2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

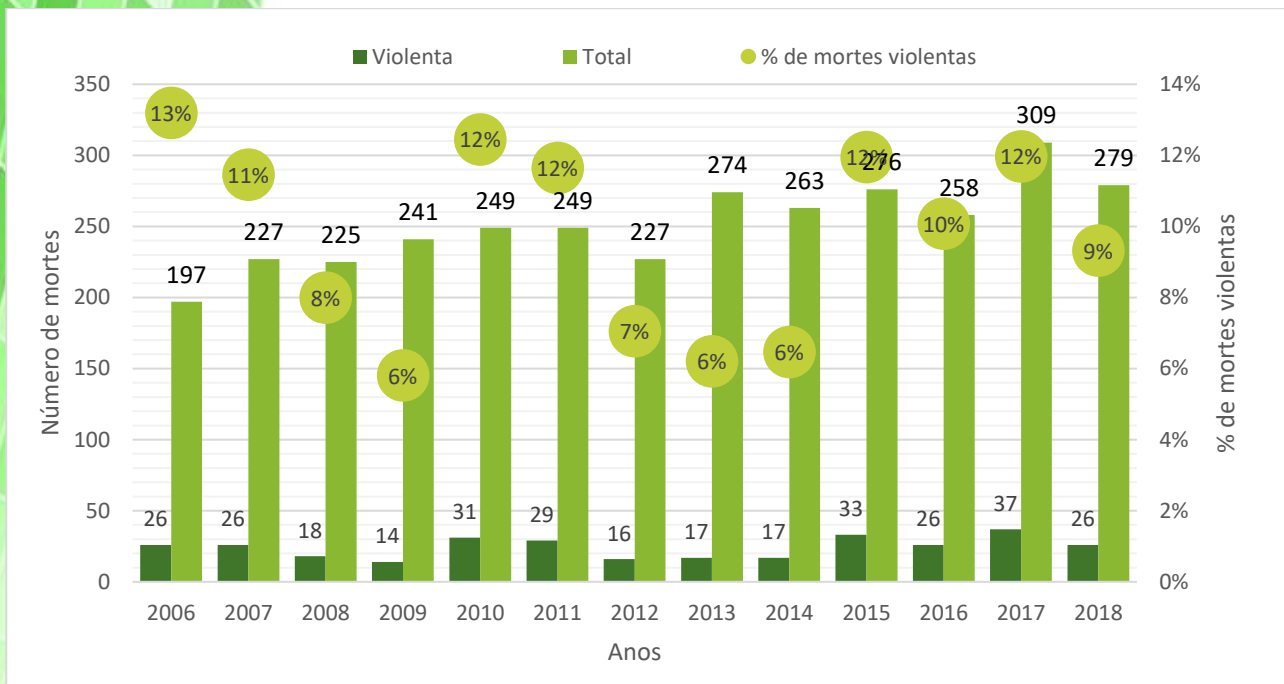
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o percentual de mortes violentas nos anos de 2006 e 2018 (pontos extremos) foi de 13% e 9%, respectivamente.

Em 2006 chegou a alcançar o patamar mais alto (13%), em contrapartida, em 2009, 2013 e 2014 apresentou o patamar mais baixo (6%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 197 mortes, porém 13% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2017, com 309 mortes, sendo que 12% destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 3274 óbitos, dos quais 316 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 24.

**Figura 24.** Óbitos, por natureza, em Xanxerê/RS: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 9% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

#### 2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

#### Quadro 1. Resumo dos componentes do IFDM

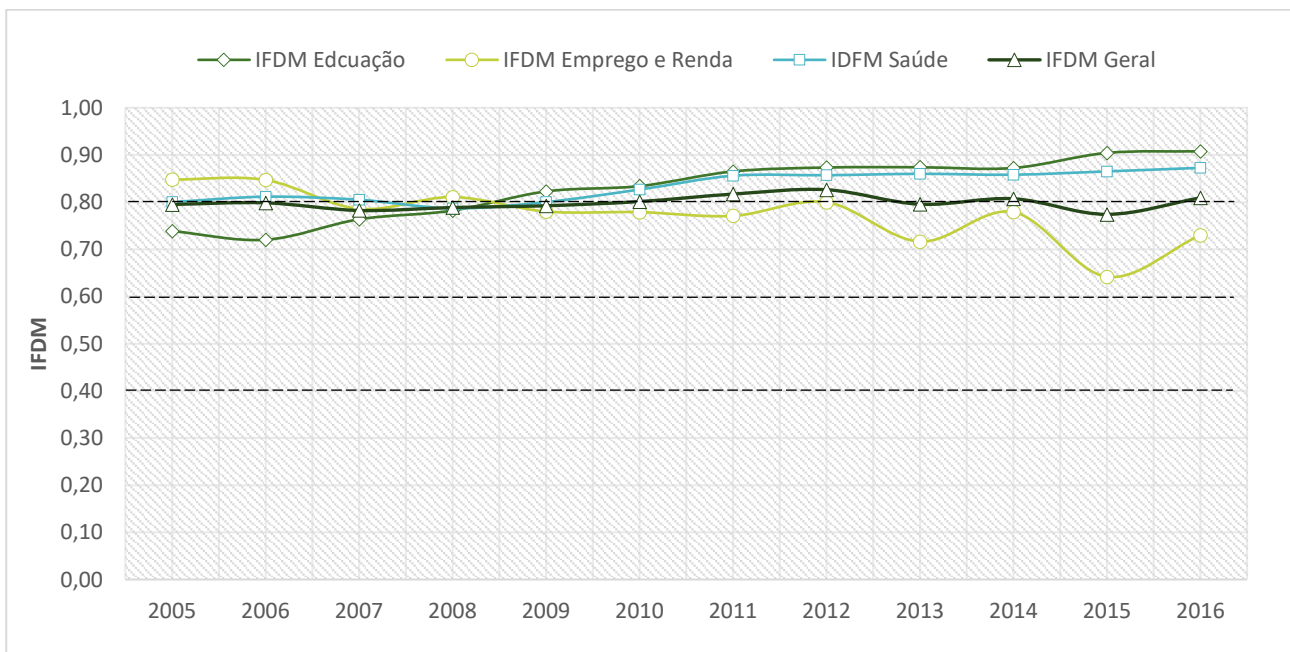
<b>Emprego &amp; Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de empregos formais</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

**Figura 25.** Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Neste sentido, de acordo com a Figura 25, as áreas de saúde e educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa ao emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado com um índice médio de 0,7990.

#### 2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Xanxerê possui “56,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 63,4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 28,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 166 de 295, 88 de 295 e 115 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1.967 de 5.570, 3.492 de 5.570 e 1.314 de 5.570, respectivamente.” (IBGE, 2020).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 37.755,30 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 31.205,97 hectares. Destes, cerca de 9,7% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 11,52% como Reserva Legal e 70,67% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

**Tabela 4.** Perfil ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	37.755,30	
Número de imóveis rurais	1.765	
Área total dos imóveis rurais	31.205,97	82,65
Área média:	17,68	
Área mínima/máxima:	0,02 / 684,46	
APP	3.027,71	9,7
APP - Recomposição	369,14	1,18
Reserva Legal	3.595,77	11,52



Vegetação Nativa	3.280,06	10,51
Servidão Administrativa	636,55	2,04
Área Consolidada	22.053,40	70,67
Banhados	11,57	0,04
Número de Nascentes	381	0
Uso Restrito	4,25	0,01
Hidrografia	480,48	1,54
Topo de Morro	1	0
Áreas: Não Declarada - Outras	6.549,33	17,35

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 1.765 imóveis rurais, cerca de 60,62% mantém APP, 16,6% declararam ter olho d'água, 66,4% tem reserva legal e 50,99% contam com vegetação nativa.

**Tabela 5.** Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA <sup>1</sup>	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA <sup>2</sup>	% IR com EA <sup>3</sup>	% IR sem EA <sup>4</sup>
APP	1.070	3.396,84	695	60,62	39,38
Área Consolidada	1.549	22.053,40	216	87,76	12,24
Banhado	4	11,57	1.761	0,23	99,77
Hidrografia	998	395	767	56,54	43,46
Nascente olho d'água	293	0	1.472	16,6	83,4
Reserva Legal	1.172	3.595,77	593	66,4	33,6
Servidão Administrativa	1.027	636,54	738	58,19	41,81
Uso Restrito	5	4,25	1.760	0,28	99,72
Vegetação Nativa	900	3.280,06	865	50,99	49,01
Área topo de morro	-	-			
<b>Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – XANXERÊ</b>					
Número Total de I.R. :	1.765	31.205,97			
Área Total do Município:		37.755,30			
% Área declarada/Área Município:		82,65			

<sup>1</sup> Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>2</sup> Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

<sup>3</sup> Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>4</sup> Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

### 3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar “beleza” emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.

Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgota-se paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo “... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)”. Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks: O futuro além das marcas*), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para “empresas humanizadas”. Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (*O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional*) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como “**promoção altruísta do crescimento do outro**”.

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz “... O amor é sempre uma mão dupla”. John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a “*Safer Way*”, afirma que a lição de maior significado foi a de que “... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo.”

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão “*firms of endearment*”, ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os *stakeholders* se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como “jogo de soma zero”, no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em

relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, “... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida.” No entanto, empresas que desfrutam do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, “... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva”.

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e

suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)<sup>8</sup>, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que “... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas”.

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas serve-nos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais.** Não é possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro, mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas

---

<sup>8</sup> Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: “Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom **cidadão corporativo** do mundo”. O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne “... mais focada no ser do que no ter”.

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

##### **Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL**

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

**Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL**

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

**Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL**

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;



- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;
- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

**Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL**

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2020. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em mai/2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em mai/2020.
- MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Rio de Janeiro. Alta Books. 2018.
- MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
- PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: \_\_\_\_\_. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: mai/2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ (SC). Prefeitura. **Histórico**. 2020. Disponível em: <https://www.xanxere.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/4786>. Acesso em: mai/2020.
- SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo consciente**: guia prático. Curitiba. Voo. 2018. 432 p.
- SISODIA, R.; WOLFE, D.B.; SHETH, J. **Empresas humanizadas**: Pessoas, propósito, performance. Rio de Janeiro. Alta Books. 2019. 368 p.
- UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2020.